

Avaliação de cursos de engenharia em nível de Mercosul

Ricardo Rhomberg Martins¹

Resumo: Citam-se a criação e o funcionamento do sistema ARCU-SUR de avaliação de cursos dos estados membros e associados do MERCOSUL. Descreve-se a preparação, a realização e as conclusões de uma avaliação concreta. As dificuldades inerentes ao processo. Razões para que o sistema não esteja funcionando e sugestões de correção

Palavras Chave: educação, avaliação, Arcu-sur, dificuldades de implementação.

Mercosul engineering courses evaluation

Abstract: The establishment and operation is mentioned of the ARCUSUR evaluation system of courses from the associate member states of MERCOSUR. Preparation, realization and conclusions of a practical assessment are described as well as the inherent difficulties in the process and the reasons why the system is not working with suggestions for correction.

Keywords: education, evaluation, Arcu-sur, implementation difficulties.

Introdução

A Europa conta com o tradicional projeto ERASMUS de mobilidade de estudantes entre seus diversos países... e não apenas para fins estritamente pedagógicos. Muitos alunos recebem verbas apenas para visitar outros países ou participar de atividades lúdicas. A tal ponto que muitas vezes são considerados mais como turistas do que como estudantes nos países que os recebem.

A idéia original é maravilhosa: a possibilidade de que alunos de um país façam parte de seus cursos universitários em outro, com tudo que isto significa de enriquecimento cultural além do propedêutico propriamente dito. Por isto e por muitos outros motivos ocorreu a idéia de fazer algo semelhante entre os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) aos quais se associaram desde o primeiro momento Chile e Bolívia [1]

“A XXX Reunião de Ministros da Educação, (do Mercosul) realizada em 2 de junho de 2006, em Buenos Aires "encomendou à Comissão Regional Coordenadora da Educação Superior (CRC-ES) a apresentação, na próxima Reunião de Ministros da Educação, de um plano que permita a adoção de um mecanismo de credenciamento definitivo de cursos de graduação do MERCOSUL, com base nas experiências do Mecanismo Experimental de Credenciamento, MEXA" aplicado em 1998. (ib.)

“A XXXI Reunião de Ministros da Educação, realizada em 24 de novembro de 2006, em Belo Horizonte, Brasil, avaliou o Mecanismo Experimental de Credenciamento, MEXA, aplicado em cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina, considerando apropriada a experiência realizada pelo Setor Educacional do MERCOSUL, pois um processo de credenciamento da qualidade da formação superior será um elemento para a melhora substancial da qualidade da Educação Superior e o conseqüente avanço no processo de integração regional” (ib).

¹. Prof. Adjunto da Escola Politécnica da UFRJ fez pós-doutorado na Universidade Politécnica da Catalunha (Espanha) e é avaliador credenciado do sistema Arcu-sur do MERCOSUL tendo participado de algumas avaliações pela América Latina. ricardo@del.ufrj.br.

Uma primeira observação que pode ser feita é que uma reunião de Ministros no dia 2 de junho de 2006 encomendou uma tarefa que, a princípio, parece bastante complexa (a criação de um mecanismo “definitivo” (sic) de credenciamento)... e outra reunião de Ministros no dia 24 de novembro do mesmo ano considerou “apropriada e experiência realizada pelo Setor Educacional do MERCOSUL”. Passado tão pouco tempo a expressão seguinte: “um processo de credenciamento da qualidade...” parece mais de “uma esperança” do que de “uma realidade”.

Depois de seis anos daquelas datas passo a tecer alguns comentários sobre a experiência que pude observar, do meu limitadíssimo ponto de vista de avaliador, sobre o processo que vem se desenrolando. Infelizmente a conclusão não será encorajadora, sendo nosso objetivo neste artigo mostrar alguns dos motivos deste baixo desempenho.

A formação dos avaliadores

Um esforço muito grande foi feito (creio que em todos os países participantes) no sentido de preparar um pequeno exército de professores das mais diversas áreas de conhecimento (Medicina, Engenharia, Arquitetura, etc.) que se disporem a viajar a outros países a fim de formar comissões de (3) avaliadores de cursos (isto é: o curso X da universidade Y do país W, uma tarefa à qual se pode, sem exagero, dar o nome de hercúlea) que assim o solicitassem e se dispusessem a pagar parte das despesas decorrentes do processo, basicamente as passagens e estadias dos avaliadores durante os três dias previstos para cada visita.

Cada país promoveu um seminário nacional de formação de avaliadores. O do Brasil foi em Brasília, recebeu o nome de *Seminário Nacional de Capacitação de Pares Avaliadores* e ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2010 (a expressão “par avaliador” significa que as avaliações são feitas por membros de universidades, como os avaliados. A isso se dá o nome de “avaliação por pares”, ou seja, por pessoas do mesmo nível). Constou de uma série muito interessante de trabalhos que, ao mesmo tempo em que nos iam ensinando, iam-nos treinando para a futura tarefa através de cadernos de atividades que devíamos ir preenchendo, alguns em grupo e outros individualmente. Parece-me que cumpriram muito bem uma tarefa difícil: preparar para as avaliações um grupo heterogêneo de professores das mais diversas idades e procedências. Não me deterei nisto agora porque vou falar do assunto no item seguinte.

Houve no Uruguai, nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2010, um seminário que reuniu representantes de todos os países envolvidos como forma de aprofundamento e revisão do que havia sido visto em Brasília por nós e nos demais países pelos respectivos “pares avaliadores”.

Esquema de uma avaliação concreta

1 – Antes

Pode-se dizer que uma avaliação começa com um pedido que um curso (lembremo-nos: curso X da universidade Y do país W) faz ao órgão encarregado deste processo no próprio país. No Brasil trata-se da CONAES (Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior) que assumiu a tarefa em nome do MEC.

Em seguida a “CONAES” do país ao qual o curso pertence escolhe 3 avaliadores dentre os que participaram do seminário do Uruguai e verifica se eles estão dispostos e disponíveis para realizar a tarefa.

Enquanto isto a faculdade faz o seu “dever de casa”: um relatório de auto-avaliação respondendo um questionário do qual apresento abaixo algumas perguntas.

Passarei a usar o espanhol nas citações de documentos oficiais. O Mercosul tem 3 línguas oficiais: português, espanhol e guarani. Portanto qualquer ação no Mercosul pode ocorrer numa das três línguas, não havendo imposição de nenhuma delas como dominante. Por isso no Brasil chamamos o sistema de avaliação de ARCUSUL.

Os avaliadores devem ler antes da visita o material enviado a título de auto-avaliação. Vamos ver, de início, algumas informações que deveriam constar no informe de auto-avaliação que deve conter 4 grandes apartados chamados: Dimensões de Avaliação:

DIMENSIÓN 1: CONTEXTO INSTITUCIONAL

DIMENSIÓN 2: PROYECTO ACADÉMICO

DIMENSIÓN 3: COMUNIDAD UNIVERSITARIA

DIMENSIÓN 4: INFRAESTRUCTURA

Seguindo um documento denominado “Dimensiones, componentes, criterios e indicadores para la acreditación ARCU-SUR titulación: Ingeniería”

Cada uma destas Dimensões é dividida em um número variável de Componentes. Por exemplo, a Dimensão 1 tem os seguintes componentes:

- 1.1 Características de la carrera y su inserción institucional
- 1.2 Organización, gobierno gestión y administración de la carrera.
- 1.3 Sistema de evaluación del proceso de gestión
- 1.4 Políticas y programas de bienestar institucional

Cada um desses componentes é subdividido em um número variável de critérios. Por exemplo: o componente 1.3 tem, entre outros, os seguintes critérios:

- 1.3.1 Debe existir información institucional y académica suficiente, válida, accesible y actualizada que permita los procesos de gestión de la carrera.
- 1.3.2 Deben existir mecanismos de evaluación continua de la gestión, con participación de todos los estamentos de la comunidad académica, los que deben ser a su vez periódicamente evaluados.
- 1.3.3 La autoevaluación, la mejora continua y el planeamiento deben ser partes integrantes del plan de desarrollo o programa de administración.

O documento “Critérios ...” foi muito bem escrito. Mais para frente alguns destes critérios são especificados por Indicadores bem concretos para que os avaliadores tenham sobre o que pautar suas opiniões e torná-las as mais objetivas que possível (dentro das limitações a que estamos naturalmente aprisionados em termos de avaliações didático-pedagógicas).

Mas aí começa a confusão. Basta que uma instituição faça sua auto-avaliação numa ordem diferente da dos “Critérios” para aumentar enormemente o trabalho dos avaliadores... ou que envie informação desnecessária aumentando muito o número de páginas do informe. Particpei de uma avaliação em que dito documento continha “os compromissos assumidos pela reitoria perante a sociedade”. Talvez não tenha encontrado o hino nacional porque não procurei a fundo. Um total de 1.500 páginas enviadas depois do Natal para uma visita que deveria ocorrer em março.

Outro “truque” comum: misturar informações de cursos semelhantes dados pela mesma faculdade. Por exemplo: avalia-se o curso de Engenharia Eletrônica de

uma determinada instituição... que entre os nomes dos professores e alunos mistura alguns que são do curso de Telecomunicações... o que prejudica a análise da prévia da auto-avaliação e cria um ambiente muito ruim para a visita porque os avaliadores são obrigados, a cada resposta, a verificar se os dados são os do curso visitado.

Outro: aproveitar a avaliação do ARCUSUR para fazer também uma avaliação nacional e misturar os informes destinados a ambas. Num caso destes a instituição avaliada ou a “CONAES” deles (ao conjunto das agências Nacionais de Acreditação dá-se o nome de RANA Rede Nacional de Avaliadores) pode inclusive se sentir no direito de mexer na agenda da visita de que se fala no parágrafo seguinte.

Os três dias que compõem o período de avaliação é pouco tempo para uma análise confiável. Deve-se, portanto, aproveitá-lo bem. É imperioso que os avaliadores façam uma agenda prévia à visita, combinada, em geral, por correio eletrônico antes mesmo que eles se conheçam (uma vez que são de países diferentes). Esta programação deveria ser respeitada, mesmo num caso como o aludido há pouco.

2 – Durante

É claro que nós, os avaliadores, temos um documento (Guia de Pares) para nos orientar durante a visita. O índice da versão 2010 para cursos de Engenharia aparece a seguir (os de outras carreiras não devem ser muito diferentes) [2]:

ÍNDICE (do documento “Guia de Pares”)

GUÍA DE PARES

Secciones de la Guía

1. -Informe Individual
-Preparación de la agenda de visita
2. La visita a la carrera
3. Informe preliminar
4. Informe final y recomendaciones

ANEXOS

Documento de Criterios para la titulación Ingeniería

Perfil del egresado

Fuentes de información y documentación

O informe individual (seção 1) deve ser feito por cada um dos avaliadores antes da visita, com base no informe de auto-avaliação assim como a agenda da qual já se falou acima, combinada, geralmente, por correio eletrônico.

Na visita ao curso (seção 2) deve-se verificar in loco cada um dos itens do documento de criterios. Deverão ser feitas entrevistas com alunos (em grupos e/ou individuais), professores, funcionários, ex-alunos, empresários que tenham ex-alunos em seu plantel, etc.

Dever-se-á conhecer as instalações em que funcione o curso analisado sem esquecer laboratórios, bibliotecas e locais semelhantes de apoio ao mesmo. Pode-se pensar: “Pelo menos esta parte é objetiva”... até que os avaliadores entrem na biblioteca de um curso de engenharia (eletrônica, por exemplo) e encontrem mais cópias (xerox) do que livros propriamente ditos. Há algo de errado nisto? Não sei, mas não causa boa impressão. Nenhum livro em inglês, apenas na língua nacional... Há algo de errado nisto? Não sei, mas não causa boa impressão...

E quanto aos laboratórios? Mesmo que tenham aparelhos sofisticados, nós, professores, sabemos que os equipamentos não fazem um laboratório... a dinâmica dos

mesmos com os professores atuando enquanto os alunos fazem trabalhos práticos, é muito difícil de ser captada em uma visita que não pode durar mais do que uns poucos minutos.

Estes são também os minutos aproveitados pelos responsáveis do curso para dizerem o quanto o credenciamento é importante para eles; que as verbas do governo são proporcionais à qualidade demonstrada pelo curso, etc... nada a ver com chantagem emocional, mas quase...

3 – Depois

É natural que os avaliadores tenham opiniões relativamente diferentes sobre os diversos aspectos da realidade com a qual têm contato. É imprescindível que conversem entre si tentando “sincronizar” as opiniões o que leva muito tempo.

Na agenda prévia é comum os avaliadores “sonharem” com o 3º. dia da visita para fazerem esta conciliação de contas... mas também é este o dia em que os responsáveis pela instituição sonham com uma série de visitas e passeios: um museu, um lago bonito... negar-se pode ser ofensivo. Fazer apenas metade do percurso pode passar uma impressão de cansaço... e lá ficam os avaliadores até altas horas conciliando opiniões ao invés de conciliar o sono. E combinando modos de terminar o trabalho pela internet depois de voltarem aos seus países.

Seria muito bom inventar-se um sistema de agilizar e, de certa forma, “despersonalizar” as conclusões da avaliação para torná-la mais objetiva. Se Deus permitir voltaremos ao tema num momento oportuno.

Conclusões

Aqui o sistema não está funcionando. Até onde se sabe o Brasil ainda não realizou sequer a avaliação de um curso (outubro de 2011). Os motivos são diversos: nossas faculdades já recebem muitos alunos de convênios feitos diretamente com outros países. Para que credenciar um curso que já é muito procurado?

Até onde se sabe o conceito de avaliação de cursos é uma verdadeira novidade em muitos países da América Latina. Aqui nós já temos avaliações e órgãos avaliadores consagrados e respeitados por toda a comunidade acadêmica (por exemplo, CAPES e CNPQ).

Outro motivo: Se os leitores me permitirem, cito abaixo uma comunicação feita pelo Diretor da minha faculdade (Escola Politécnica da UFRJ) tentando convencer os professores a aceitarem “mais gente de fora”:

Prezados Professores

Solicito a todos atenção ao programa do DAAD divulgado abaixo.

A Escola Politécnica já atingiu índices de internacionalização, no tocante ao envio de estudantes, muito bons numa comparação internacional. Neste ano, enviamos 122 alunos ao exterior e estamos colando grau de quase quinhentos engenheiros. Ou seja, estamos enviando ao exterior cerca de 25% de nossos alunos. Entretanto, precisamos aumentar o número de estrangeiros em nossas salas de aula. Em 2011 recebemos também cerca de 120 alunos, em intercâmbio ou PEC-G. Mas nosso universo é de 5000 alunos. Assim, em termos de internacionalização, nosso objetivo é ampliar a recepção de alunos.

At. Prof. Ericksson Rocha e Almendra - Diretor da Escola Politécnica da UFRJ

E seguem as instruções para se receberem estudantes alemães que viriam fazer parte do curso aqui... ou seja, de um determinado ponto de vista pode-se dizer que as escolas brasileiras estão mais interessadas em receber alunos do “primeiro mundo” (com bolsas do primeiro mundo) do que pagar a estadia de alunos sul americanos cujos governos pagariam apenas as despesas de viagem (de acordo com o que ficou combinado na instituição do sistema).

Depois de haver sido honrado com o convite para me tornar avaliador do sistema ARCU-SUR tive oportunidade de conversar sobre estes temas com a profa. Berenice Martin Reyna, responsável pela Unidade de Mobilidade dos Estudantes, do Serviço de Relações Internacionais Universidade Politécnica da Catalunha, representante da Universidade no processo de criação do Projeto Erasmus. Ela me disse: “discutimos muito esta questão de credenciamento de cursos no início do nosso trabalho. Chegamos à conclusão que, se uma universidade é autorizada por algum país-membro a funcionar, deve ser reconhecida por todos os demais”.

Talvez os motivos mais profundos da falta de êxito em tais iniciativas tenham sido previstos por Torres e Schugurensky já em 2002: “... desenvolvimentos no ensino superior na América Latina (incluindo iniciativas de garantia de qualidade) não podem ser separados das mudanças políticas e econômicas na região, as quais, por outro lado, são parte das forças de globalização [3]. Em 2011 já não se fala de globalização com o mesmo espírito de fatalidade inevitável daquela época... mas não se podem esconder os problemas econômicos que afetam a vida toda dos povos latino-americanos... nem negar seus efeitos em termos educacionais.

Encerro fazendo minhas algumas das conclusões da Dra. Daniela Torre do Conselho Nacional de Educação do Chile em palestra (ARCU-SUR: Is it an effective system for mutual recognition and regional integration?) proferida em Madrid, no dia 6 de abril de 2011 (vale a pena ver todas na referência).

- Que diferença o credenciamento do Arcu-Sur faz na prática?.
- No sistema educacional da América do Sul há outras prioridades além do mútuo reconhecimento.
- Ao invés de um sistema de integração global e complexo – que implica em regras que valham para toda a região – parece mais plausível encorajar iniciativas bilaterais.
- Sem incentivos parece difícil que a tradicional inércia dos estudantes em relação à mobilidade possa mudar. [4]

Bibliografia

[1] MERCOSUL/CMC/DEC. N° 17/08 XXXV CMC - San Miguel de Tucumán, 30/VI/08, pg 2. (acordo sobre a criação do ArcuSur)

[2] Guia de Pares Ingeniería ARCUSUR Uruguay 19-02-10_.doc

[3] Torres Carlos A. & Daniel Schugurensky. The political economy of higher education in the era of neoliberal. *Higher Education* 43: 429–455, 2002.

[4]http://www.cned.cl/public/Secciones/seccionGeneral/Noticias/Presentacion_DTG_Madrid_2011.pdf

Os documentos aqui citados podem ser encontrados em: www.del.ufrj.br/~ricardo